

PANORAMA DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA EM TEMPOS DE CRISE: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA SOCIOAMBIENTAL

LUCAS COSTA SOUZA

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES (EACH) - USP

JAIME CROZATTI

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES (EACH) - USP

Resumo

Alcançar a medida adequada para que o desenvolvimento econômico aconteça com menores impactos negativos na natureza e, por consequência, no futuro da humanidade representa um fator que requer mecanismos de controle público e social das atividades produtivas envolvidas no uso de recursos naturais. Esta realidade é mais acentuada em espaços políticos geridos por sistemas democráticos semelhantes ao brasileiro, na medida em que possibilitam o controle social. O uso sustentável dos recursos naturais demanda por mudança no paradigma de produção e geração de riqueza, visto que o estágio atual de evolução e disseminação do conhecimento exige maior aplicação de freios e contrapesos nas relações entre economia, meio ambiental e sociedade, de forma a alcançar a tão almejada responsabilidade socioambiental da classe produtiva. Apesar de toda essa conscientização e compromissos estarem claros nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, não é incomum encontrar situações em que um conjunto de organizações empresariais constroem verdadeiros impérios de riqueza às custas dos bens naturais (em essência) públicos, cujos impactos negativos da exploração afetam a qualidade de vida de muitas comunidades. Um fator que chama a atenção nesse contexto refere-se a lacuna de estudos sobre governança e accountability pública democrática (OLSEN, 2018), aplicada ao tema da responsabilidade corporativa socioambiental. As pesquisas precisam considerar a possibilidade de aplicação das formas disponíveis de accountability voltadas à mensuração eficaz da responsabilidade socioambiental das empresas. Dentre tais formas de prestação de contas, há um termômetro que pode ser efetivamente utilizado pela governança pública: as informações financeiras contempladas em relatórios, dentre os quais se destacam o Relato Integrado, o Relatório de Sustentabilidade e a Demonstração do Valor Adicionado. A literatura voltada ao estudo dessas informações, com relevantes características contábeis, evidencia empiricamente o potencial de redução de assimetria na prestação de contas das empresas (SANCHES; PEDROZO, 2014). O estudo dos mecanismos de freios e contrapesos da riqueza das empresas que se beneficiam com a exploração do patrimônio natural, representa um relevante foco de interesse para a investigação acadêmica. Diante do cenário apresentado, busca-se respostas para a seguinte questão: qual o comportamento histórico da lucratividade e distribuição da riqueza das empresas listadas na B3 cujas atividades econômicas têm maior impacto direto na degradação do meio ambiente? Em complemento, pretende-se avaliar: em que medida os resultados observados podem ser úteis para a governança democrática socioambiental? Esta pesquisa busca evidenciar um primeiro olhar empírico sobre o comportamento da geração e distribuição de riqueza corporativa de acordo com o impacto ambiental das empresas de capital aberto (listadas na B3) e considerando-se a perspectiva teórica da accountability democrática em conjunto com os estudos da responsabilidade socioambiental corporativa. Além de identificar na literatura as atividades econômicas com maior impacto negativo na natureza, as análises objetivaram descrever os valores médios de distribuição de riqueza dos setores econômicos listados na B3 (2024), a partir dos dados

da Demonstração do Valor Adicionado divulgados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2024). Foi possível verificar diferenças relevantes entre os setores que exploram recursos naturais, bem como aferir a utilidade das informações contábeis para o processo de accountability democrática socioambiental.

Palavras Chave

Accountability democrática, responsabilidade corporativa socioambiental, demonstração do valor adicionado

PANORAMA DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA EM TEMPOS DE CRISE: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA SOCIOAMBIENTAL

1 INTRODUÇÃO

Alcançar a medida adequada para que o desenvolvimento econômico aconteça com menores impactos negativos na natureza e, por consequência, no futuro da humanidade representa um fator que requer mecanismos de controle público e social das atividades produtivas envolvidas no uso de recursos naturais. Esta realidade é mais acentuada em espaços políticos geridos por sistemas democráticos semelhantes ao brasileiro, na medida em que possibilitam o controle social.

O uso sustentável dos recursos naturais demanda por mudança no paradigma de produção e geração de riqueza, visto que o estágio atual de evolução e disseminação do conhecimento exige maior aplicação de freios e contrapesos nas relações entre economia, meio ambiental e sociedade, de forma a alcançar a tão almejada responsabilidade socioambiental da classe produtiva. Apesar de toda essa conscientização e compromissos estarem claros nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, não é incomum encontrar situações em que um conjunto de organizações empresariais constroem verdadeiros impérios de riqueza às custas dos bens naturais (em essência) públicos, cujos impactos negativos da exploração afetam a qualidade de vida de muitas comunidades.

Um fator que chama a atenção nesse contexto refere-se a lacuna de estudos sobre governança e *accountability* pública democrática (OLSEN, 2018), aplicada ao tema da responsabilidade corporativa socioambiental. As pesquisas precisam considerar a possibilidade de aplicação das formas disponíveis de *accountability* voltadas à mensuração eficaz da responsabilidade socioambiental das empresas. Dentre tais formas de prestação de contas, há um termômetro que pode ser efetivamente utilizado pela governança pública: as informações financeiras contempladas em relatórios, dentre os quais se destacam o Relato Integrado, o Relatório de Sustentabilidade e a Demonstração do Valor Adicionado. A literatura voltada ao estudo dessas informações, com relevantes características contábeis, evidencia empiricamente o potencial de redução de assimetria na prestação de contas das empresas (SANCHES; PEDROZO, 2014).

O estudo dos mecanismos de freios e contrapesos da riqueza das empresas que se beneficiam com a exploração do patrimônio natural, representa um relevante foco de interesse para a investigação acadêmica. Diante do cenário apresentado, busca-se respostas para a seguinte questão: **qual o comportamento histórico da lucratividade e distribuição da riqueza das empresas listadas na B3 cujas atividades econômicas têm maior impacto direto na degradação do meio ambiente? Em complemento, pretende-se avaliar: em que medida os resultados observados podem ser úteis para a governança democrática socioambiental?**

Esta pesquisa busca evidenciar um primeiro olhar empírico sobre o comportamento da geração e distribuição de riqueza corporativa de acordo com o impacto ambiental das empresas de capital aberto (listadas na B3) e considerando-se a perspectiva teórica da *accountability* democrática em conjunto com os estudos da responsabilidade socioambiental corporativa. Além de identificar na literatura as atividades econômicas com maior impacto negativo na natureza, as análises objetivaram descrever os valores médios de distribuição de riqueza dos setores econômicos listados na B3 (2024), a partir dos dados da Demonstração do Valor Adicionado divulgados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2024). Foi possível verificar diferenças relevantes entre os setores que exploram recursos naturais, bem

como aferir a utilidade das informações contábeis para o processo de *accountability* democrática socioambiental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As pesquisas acadêmicas têm enveredado esforços para a compreensão da distribuição de riqueza das empresas que buscam um bom desempenho nos indicadores de sustentabilidade (SOUZA; FARIA, 2018). “A partir das discussões sobre a responsabilidade social das empresas e sua prestação de contas para a sociedade, empresas brasileiras passaram a perceber a grande importância da apuração e divulgação da DVA” (KROETZ; NEUMANN, 2008). Dessa forma, verifica-se que tais questionamentos sobre a contabilidade da distribuição da riqueza podem ser ancorados nas perspectivas teóricas da responsabilidade socioambiental corporativa, cuja discussão também visa compreender a necessidade de equilíbrio entre o poder econômico e a preservação da natureza, em um sistema de compensação cujo aspecto financeiro pode representar uma das principais métricas corporativas.

Para a convergência do estudo das informações contábeis da distribuição de riqueza e a responsabilidade corporativa socioambiental, também é necessário considerar que o poder público tem grande influência na questão sustentável com a função de controle, freios e contrapesos do mercado empresarial, em decorrência das pressões sociais por governança e *accountability* democrática (ZHOURI, 2008; OLSEN, 2018). Nesse sentido, esta pesquisa contribui com a aproximação interdisciplinar das vertentes envolvidas na discussão da responsabilidade corporativa, contabilidade socioambiental e política pública de *accountability*.

Considerando que o acompanhamento da *accountability* democrática acerca da efetiva responsabilidade corporativa socioambiental também envolve o monitoramento da distribuição de riqueza gerada a partir de bens públicos, esta pesquisa também traz à tona os estudos que evidenciam quais setores econômicos produzem mais impacto negativo na natureza: (i) mineração em geral; (ii) têxtil; (iii) alimentação; (iv) celulose; (v) medicamentos.

3 METODOLOGIA

Buscando atingir o objetivo de classificar os setores de atividades das empresas listadas na B3 com maior impacto no meio ambiente, conforme parâmetros da literatura sobre os efeitos da exploração dos recursos naturais na degradação do planeta, bem como analisar o comportamento dos valores publicados na Demonstração do Valor Adicionado dessas empresas, foi aplicada a análise descritiva de dados. Dessa forma, a metodologia desta pesquisa tem natureza quantitativa, representando, portanto, uma pesquisa descritiva (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Os dados referentes às classificações dos setores econômicos foram coletados no site da B3 (2024) e os dados dos valores publicados na Demonstração do Valor Adicionado das empresas de capital aberto foram extraídos das bases de dados da CVM (2024) para o período compreendido entre 2018 e 2023. Pelo exposto, a população de pesquisa se refere a todas as empresas listadas na B3, segregadas por setor de atividade econômica. Buscou-se extrair das bases de dados da CVM apenas os valores da Demonstração do Valor Adicionado das empresas classificadas e listadas na B3. Para as empresas selecionadas, foram calculados os valores médios de lucratividade, distribuição de riqueza (total, parcela governamental e parcela da remuneração do capital) segregados por setor de atividade econômica e impacto na natureza.

Utilizou-se o Microsoft Excel para analisar e tabular os dados, que foram organizados para favorecer as análises descritivas dos aspectos objetivados nesta pesquisa, cujos resultados estão descritos no próximo tópico deste trabalho.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da definição dos objetivos e métodos utilizados nesta pesquisa, foram realizadas análises descritivas dos dados que levaram a identificação de alguns aspectos relevantes para a discussão dos resultados aliados às possibilidades de utilização das informações financeiras da Demonstração do Valor Adicionado que pudessem servir de subsídio ao processo de governança democrática e como termômetro da responsabilidade socioambiental das empresas objeto da análise.

4.1 CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3 POR ATIVIDADES EXPLORATÓRIA E DEGRADAÇÃO DIRETA DA NATUREZA

Alguns setores de atividades econômicas são responsáveis pela maior parte da exploração dos recursos naturais e por impactos negativos no meio ambiente, principalmente em relação ao desequilíbrio de aspectos naturais que influenciam na manutenção da vida no planeta terra.

Tabela 1 - Descrição comparativa entre a quantidade de setores econômicos com exploração direta da natureza e as demais empresas listadas na B3.

Setores de atividade econômica (classificação da B3)	Número de empresas (B3)	Número de empresas selecionadas (setores com maior impacto negativo na natureza)				
		Mineração em geral	Plásticos e celulose	Alimentação	Medicamentos e cosméticos	Têxtil
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	13	10	-	-	-	-
Materiais Básicos	31	23	8	-	-	-
Bens Industriais	63	-	-	-	-	-
Consumo não Cíclico	30	-	-	23	1	-
Consumo Cíclico	92	-	-	-	-	14
Saúde	24	-	-	-	3	-
Tecnologia da Informação	16	-	-	-	-	-
Comunicações	8	-	-	-	-	-
Utilidade Pública	50	-	-	-	-	-
Financeiro	62	-	-	-	-	-
Outros	12	-	-	-	-	-
Soma	401	33	8	23	4	14

Fonte: autores.

Os dados da B3 (2023), analisados e reclassificados por impacto ambiental (conforme Tabela 1), evidenciam que 20% das empresas brasileiras de capital aberto pertencem aos setores de atividades econômicas que causam grandes impactos diretos na natureza e no meio ambiente.

4.2 COMPARATIVOS DO COMPORTAMENTO DA LUCRATIVIDADE E DA DISTRIBUIÇÃO SOCIAL DA RIQUEZA EXPLORADA

Explorando-se os dados sobre o panorama do comportamento da lucratividade e geração de riqueza por segmento econômico das empresas objeto de análise (tabela 2), também há evidências e indicativos a serem observados no processo de *accountability* democrática e responsabilidade corporativa socioambiental. Uma das evidências a serem observadas e estudadas diz respeito aos valores de lucratividade e geração de riqueza no período de recuperação econômica pós-pandemia. Tais valores são desproporcionalmente mais altos quando comparados aos níveis de lucratividade e geração de riqueza dos períodos pré-pandemia. Isso pode indicar que o instinto empresarial após a crise influencia também no apetite de maior exploração da natureza, como fator negativo da recuperação econômica que pode afetar (ou estar mascarado) nos acordos democráticos (internacionais) para redução de impactos no meio ambiente.

Outro destaque para a discussão dos resultados, trata-se do comportamento dos valores de lucratividade e riqueza dos setores de mineração geral e têxtil, que são expressivamente mais altos quando comparados com todos os demais setores analisados, bem como crescimento atípico dos valores médios desses setores observados após a crise provocada pela pandemia (2020).

Tabela 2 - Descritivo das evolução dos valores médios de lucratividade e geração de riqueza por classes de setores econômicos.

Setor econômico	Classificação contábil	Valores por período de análise (expressos em milhares de Reais)					
		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Mineração em geral	Lucro líquido	3.457.230	1.642.852	1.666.640	11.952.828	12.144.315	7.274.620
	Distribuição do valor adicionado	21.458.687	15.849.698	14.430.825	30.532.140	30.285.474	22.746.643
Plásticos e celulose	Lucro líquido	116.834	-275.692	-1.801.272	2.047.480	4.170.738	2.634.427
	Distribuição do valor adicionado	2.447.935	2.994.332	4.744.556	6.293.028	7.962.831	6.400.749
Alimentação	Lucro líquido	766.228	1.485.972	1.505.504	2.383.039	1.759.715	654.529
	Distribuição do valor adicionado	9.471.476	8.300.143	9.209.177	10.079.256	10.133.744	9.215.345
Medicamentos e cosméticos	Lucro líquido	13.153	48.644	-214.911	390.978	-940.176	947.798
	Distribuição do valor adicionado	134.159	2.928.154	4.870.100	6.604.713	6.247.397	8.684.025
Têxtil	Lucro líquido	3.069.734	3.897.591	449.783	7.516.410	8.315.619	6.787.192
	Distribuição do valor adicionado	15.222.454	17.232.593	13.234.404	25.844.571	29.133.936	28.580.302
Outros	Lucro líquido	1.197.325	2.038.997	1.087.592	1.559.414	1.707.050	4.358.829
	Distribuição do valor adicionado	4.683.547	7.145.802	6.065.527	6.502.718	7.826.050	9.174.674

Nota: Valores expressos em milhares de Reais.

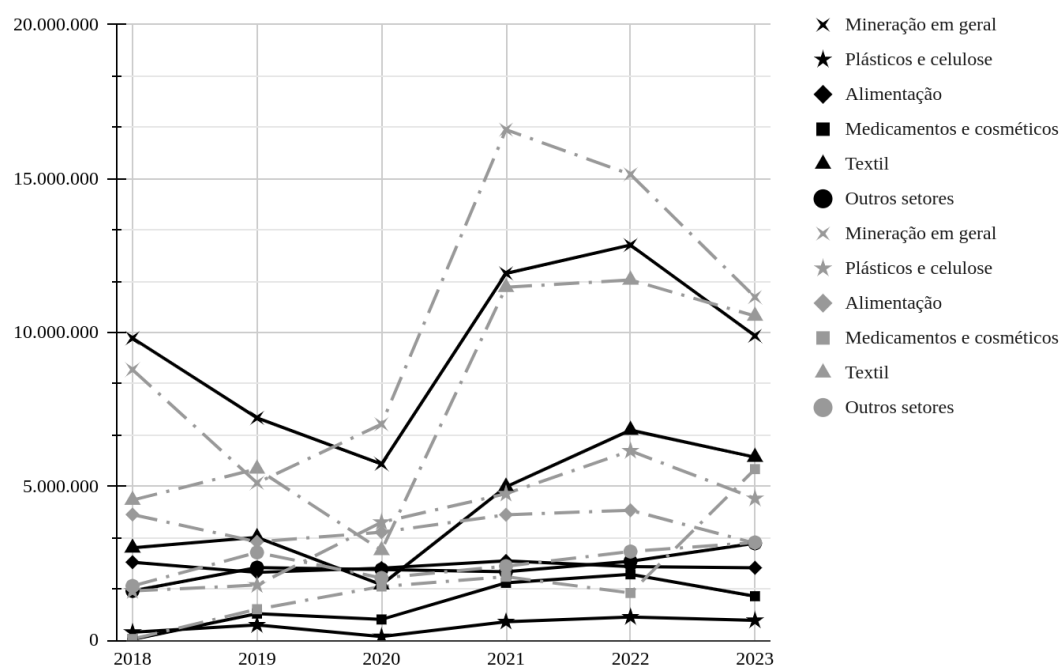
Fonte: autores.

Os dados analisados, conforme Tabela 2, também demonstram que a média de geração de riqueza das empresas que causam altos e diretos impactos na natureza é consideravelmente

maior que os demais setores econômicos. Esta é uma descoberta que aumenta a necessidade de se analisar e discutir os resultados também no aspecto da distribuição de riqueza a partir de dois ângulos, que possuem interesses diferentes: (i) parcela da riqueza que será revertida para a sociedade (a partir do pagamento de tributos que afeta grande parte da população e, por consequência, contribui para a regulação da questão ambiental); (ii) e a parcela da riqueza que continuará nas mãos (da minoria) dos investidores que detêm o poder do capital gerado pela exploração da natureza (pública).

Essa análise e discussão dos resultados é particularmente importante para as políticas governamentais e para a governança democrática, considerando os freios e contrapesos que devem estar em funcionamento em uma sociedade que seja efetivamente participativa (ZHOURI, 2008; OLSEN, 2018).

Figura 1 - Gráfico de evolução da diferença dos valores médios por setor econômico classificado e comportamento comparativo das variáveis de distribuição da riqueza (Parcela do Governo vs. Parcela dos Detentores de Capital).



Nota: (i) valores expressos em milhares de Reais; (ii) tracejados, linhas e legendas na cor mais escura representam a parcela dos valores da riqueza distribuída ao Governo; (iii) tracejados, linhas e legendas na cor mais clara representam a parcela dos valores da riqueza distribuída aos Donos do Capital.

Fonte: autores.

A análise da figura 1 traz importantes evidências para a análise social e democrática, cujos resultados respondem à questão formulada nesta pesquisa, no sentido de que o uso das informações financeiras e contábeis da Demonstração do Valor Adicionado pode favorecer o processo público de *accountability*. Isto porque cabe a discussão da sociedade sobre o comportamento da distribuição da riqueza, que é revertida ao público detentor dos recursos naturais (na figura do Governo) em comparação ao comportamento da distribuição de riqueza aos detentores do capital, ainda mais porque os dados evidenciam claramente a inversão da distribuição da riqueza, (principalmente do setor de mineração geral e têxtil) após o ápice do período de crise (sanitária, econômica e social) decorrente da pandemia, observada na linha do período de 2020 (figura 1).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os freios e contrapesos que devem estar em funcionamento e operantes nas democracias, esta pesquisa teve como objetivo apresentar as possibilidades de utilização efetiva dos dados financeiros e contábeis enquanto formas de subsidiar a mensuração do comportamento da responsabilidade socioambiental das empresas no escopo da governança democrática. Além disso, apresenta-se uma discussão teórica relevante para todas as democracias que busquem a maior reivindicação de medidas concretas de sustentabilidade, tanto por parte da atividade econômica quanto dos governos. Dessa forma, a utilização efetiva de dados contábeis sobre o fluxo do capital (distribuição de riqueza e lucratividade) pode se tornar uma ferramenta poderosa do termômetro sustentável e um vocação para as democracias efetivamente operantes.

Os resultados empíricos contribuem quando apontam oportunidades para estudos futuros que busquem discutir aspectos de *disclosure* que influenciam na *accountability* democrática da responsabilidade corporativa socioambiental, na medida em que foi possível chegar às seguintes conclusões: (i) os patamares de lucratividade e geração de riqueza são muito maiores para empresas cujas atividades econômicas estão ligadas à exploração direta da natureza; (ii) há inversão da parcela da riqueza destinada à sociedade e aos detentores do capital após a crise e pandemia, principalmente naquela empresas cujas atividades estão diretamente envolvidas na exploração da natureza; (iii) há baixa geração de valor tecnológico e produtivo da matriz empresarial de capital aberto que atuam no Brasil.

Pelo exposto, os resultados desta pesquisa são fortes indicadores que contribuem para a avaliação de políticas públicas no cerne da questão da governança democrática, de modo a entender como o poder público pode avançar na intervenção sustentável em recorrentes cenários de crises econômicas, onde os donos do capital saem não somente ilesos, mas beneficiados com bens de natureza pública.

REFERÊNCIAS

- B3. Empresas listadas por setor econômico de atuação. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm> Acesso em: 05 de agosto de 2024.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Conjuntos de dados financeiros padronizados. Disponível em: <https://dados.cvm.gov.br/dataset/cia_aberta-doc-dfp>. Acesso em: 15 de agosto de 2024.
- KROETZ, C. E. S.; NEUMANN, M. Responsabilidade social e a demonstração do valor adicionado. *Desenvolvimento em Questão*, 6(11), 2008.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLSEN, Johan P. Accountability democrática, ordem política e mudança: explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia. Brasília: Enap, 2018.
- SANCHES, Simone L. R.; PEDROZO, Eugênio A. Analysis of the Brazilian context for clean development mechanism projects under an economical perspective. *International Journal of Business Innovation and Research*. 8 (4), 2014.
- SOUZA, T. S.; FARIA, J. A. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma Análise da Geração e Distribuição de Riquezas das Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)-B3. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 8 (2), 2018.
- ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. *Revista brasileira de ciências sociais*. 23 (68), 2008.